

Jovens Agricultores #108

OUT|NOV|DEZ| 2016 | Distribuição Gratuita
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



Ciclo de Conferências Jovem Agricultor
Empreendedorismo | Inovação
Valorização | Sustentabilidade



Ciclo de Conferências Jovem Agricultor

Madeira 2016

Empreendedorismo | Inovação | Valorização | Sustentabilidade



Entidade parceira:



Patrocínios:



Secretaria Regional
de Agricultura e Pescas

Patrocínio Gold:



Apoios:



Centro das Artes | Casa das Mudas
Calheta

25 novembro 2016

Mais informações:

Tel. 213 244 970 | ajap@ajap.pt

04 Editorial

Crescimento Sustentado

Entrevista

- 05** Madeira quer reduzir dependência alimentar do exterior,
Miguel Filipe Machado de Albuquerque, Presidente do Governo da
Região Autónoma da Madeira

**Dossier Central**

- 10** Ciclo de Conferências Jovem Agricultor
- 14** Jovens Agricultores precisam-se!
- 16** «As políticas de juventude devem estar intimamente ligadas às questões ambientais»,
João Paulo Rebelo, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto
- 18** «É fundamental que o setor agrícola seja uma fonte sustentada de emprego»,
António Correia de Campos, presidente do Conselho Económico e Social (CES)
- 20** «Os jovens terão sempre uma posição privilegiada na PAC»,
João Machado, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
- 22** «A UE devia repensar seriamente a Política Agrícola Comum»,
João Duque, economista e professor catedrático do ISEG
- 24** “Jovens Agricultores - Operadores da mudança”,
Maria do Céu Patrão Neves, Professora Catedrática de Filosofia, ex-eurodeputada

**Parceiros AJAP**

- 26** «É notória a vinda de jovens licenciados para o setor agrícola», Vítor Castro,
presidente da Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo (AJAMPS)
- 29** «É preferível financiar poucos mas bons projetos», Licínio Pina,
Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central do CA

**Investigação e Desenvolvimento**

- 30** Contagem automática da mosca da azeitona – ENTOMATIC chega em 2018,
Albert Bel Pereira, investigador da Universidade de Pompeu Fabra

Crescimento sustentado

2016 foi um ano extenso de atividades da AJAP em prol dos Jovens Agricultores, do Desenvolvimento Rural, de crescimento e reconhecimento da Organização.

No que aos Jovens Agricultores diz respeito assinale-se a realização do Ciclo de Conferências Jovem Agricultor, nas localidades de Caminha, Tavira, Peso da Régua, Nelas, Estremoz e Calheta (Madeira). Muitos dos problemas atuais que a agricultura atravessa foram debatidos, muitas soluções apontadas e muitas experiências de projetos de agricultores e jovens agricultores auscultados. Inovação, novas tecnologias, espírito empreendedor, mercados, crédito, seguros agrícolas e sustentabilidade ambiental foram temas de fundo de muitas intervenções proferidas pelos distintos oradores.

De realçar a importância, referida vezes sem conta, de Portugal não desacelerar o investimento e o apoio aos jovens e agricultores. Está em causa produzir para o país, a criação de mais emprego em espaço rural, e a missão de equilibrar o saldo comercial da balança alimentar.

É necessário assegurar que os futuros agricultores permaneçam na atividade, agindo para diminuir a elevada taxa de insucesso de muitos projetos de investimento, por falta de acompanhamento adequado aos jovens empreendedores. Este acompanhamento deve contemplar a definição de planos de longo prazo para os seus projetos, de forma a reduzir o encerramento das novas empresas agrícolas a níveis aceitáveis.

A promoção do espaço rural, o desenvolvimento do interior, nomeadamente dos territórios de baixa densidade populacional, é uma tarefa árdua para qualquer Governo, devido à dificuldade em fixar pessoas. A criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior permitiu fazer um excelente diagnóstico e apresentar um rumo. Assim nasceu o “Programa Nacional para a Coesão Territorial”, aprovado em outubro pelo Governo, constituindo uma forte esperança para o país. Mais uma vez a resiliência e o acreditar da AJAP deu frutos, pois é mencionada (na página 8) a conferência da AJAP em Peso da Régua e no final da página 59, inscreve a Figura do Jovem Empresário Rural, sob tutela do Ministério da Agricultura.

A AJAP cresce em 2016, porque aumenta o número de Entidades Parceiras Protocoladas e, conseqüentemente, aumenta o número de candidaturas anuais aos agricultores, ultrapassamos 10% dos agricultores inscritos no IFAP. Cresce em número de associados e reforça a sua afirmação junto dos países da CPLP, através de cooperação com os seus povos.

Este trabalho deve-se ao espírito de missão dos técnicos, administrativos e colaboradores da AJAP, a quem reconhecemos o desempenho e determinação em fazer mais e melhor.

Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Direção Eduardo Almendra

Coordenação Editorial Nélia Silva

Fotografia: MGESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda; Gonçalo Villaverde; Raquel Wise

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Comunicland – Comunicação e Marketing | geral@comunicland.pt

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail revista@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



Madeira quer reduzir dependência alimentar do exterior

Ano e meio depois de assumir a liderança do Governo Regional da Madeira, Miguel Filipe Machado de Albuquerque, tem como prioridades estimular a produção agrícola regional, promover os produtos tradicionais e tornar a agricultura da Região (quase) 100% biológica.



O setor agroflorestal é gerador de emprego para gerações mais jovens?

Sem dúvida. É um claro objetivo deste Governo Regional, criar e disponibilizar condições para atrair os mais jovens para os setores agrícola e pecuário. Aos jovens, não competirá apenas rejuvenescer os respetivos tecidos produtivos, mas também, introduzir-lhes inovação e dinâmica, capacidade de reação às alterações dos con-

textos de produção, e aqui, com particular atenção aos efeitos do “aquecimento global”. Temos a certeza de que a agricultura e a pecuária, desenvolvidas com base em projetos sustentados, oferecem oportunidades de valor acrescentado para os jovens empreendedores, e propiciam emprego e rendimento igual ou superior a outras atividades económicas. Depois, mais do que para outros setores, existem excecionais ferramentas de ajuda ao investimento dos jovens, que premeiam e majoram os valores dos apoios financeiros aos seus projetos. Sinal de que a agricultura e a pecuária vêm fixando jovens, é o facto da anterior programação do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), e até 31 de dezembro de 2015, ter apoiado a instalação de 58 jovens agricultores, que apresentaram projetos no valor total de cerca de 5,16 milhões de euros. Entretanto, já no quadro do PRODERAM 2020, em 2016, foram aprovadas as 8 primeiras instalações de jovens agricultores e, no 2.º período de apresentação de projetos, encontram-se em análise 20 novas outras candidaturas.

Quais os principais desafios da RAM nos setores agroflorestal e agroindustrial?

O grande desafio do setor agroflorestal e do desenvolvimento rural é o da sustentabilidade. No quadro das especificidades da Região, a viabilização das atividades agrícolas e rurais terá de ser concretizada através da produtividade e da qualidade, mas sempre no respeito pelo ambiente. Nesse sentido, a lógica da intervenção da política pública no quadro do desenvolvimento agrícola e rural tem por base o objetivo estratégico de promover uma sólida aliança entre as atividades agropecuárias e florestais, enquanto atividades produtivas, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social. Assume assim relevância a necessidade de assegurar a viabilidade da produção agrícola e florestal, possibilitando a coexistência de dois

grandes tipos de agricultura. Uma agricultura virada para a produção de bens de consumo, importante quer para aumentar o aprovisionamento da Região, quer como motor de todo o setor, a par com uma agricultura que, estando menos focalizada para o mercado, ocupa uma importante fatia do território e assume uma importância fundamental na preservação da paisagem, na gestão do território e no rendimento das famílias.

Em sua opinião, quais são os subsetores agroflorestais com maior potencial de crescimento nos próximos anos?

A agricultura e a pecuária, dado o seu inestimável contributo positivo nas dimensões económica, social e ambiental, manter-se-ão como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma da Madeira e, como tal, uma das prioridades deste Governo Regional. As políticas, medidas e projetos a promover neste ciclo de quatro anos visam dotar os setores das melhores condições técnicas e económicas ao seu exercício, e de competição das suas produções nos mercados, assim assegurando os melhores níveis de rendimento aos seus ativos e respetivo tecido empresarial. Procurando sempre obter o melhor partido dos fundos disponibilizados pela União Europeia para apoio ao rendimento e ao

investimento nos setores agrícola e agroalimentar regionais, o Governo Regional assume um vasto conjunto de objetivos para o próximo quadriénio. No essencial pretendemos: colocar as infraestruturas e as competências públicas numa maior proximidade dos interesses e necessidades dos agentes intervenientes nos setores em causa; atrair novos empreendedores para a agropecuária; proporcionar maiores garantias contra fatores adversos e imprevistos sobre as atividades e seus resultados; aumentar as competências dos ativos; relevar e certificar a qualidade distintiva das produções agrícolas e agroalimentares regionais; melhorar as condições de acesso e de concorrência das mesmas nos mercados; e assegurar aos consumidores os maiores níveis de proteção e segurança alimentar.

No âmbito da agricultura quais os setores prioritários?

Embora com potencial e ritmo de crescimento diferentes, os subsetores hortícola e frutícola serão aqueles em que se concentrarão os maiores esforços de apoio ao desenvolvimento. De facto, quanto aos hortícolas, em relação a certas espécies e variedades, há ainda uma maior ou menor quota de mercado atualmente preenchida com oferta proveniente de outras origens que não a Região, e que pode, e deve, ser progressivamente ocupada com produções locais. Este foco nas reais necessidades do mercado regional (não nos esqueçamos que para além da população residente, haverá que atender ao importantíssimo mercado do turismo da Madeira e do Porto Santo, que acrescenta, e reportamo-nos a 2015, mais cerca de 18.000 consumidores/dia), não só reduzirá a dependência do abastecimento do exterior mas, sobretudo, permitirá aos agricultores uma orientação produtiva com canal de escoamento certo e, logo, de rendimento sustentado. Sem esquecer que garantirá aos consumidores o acesso a produtos genuinamente regionais, com um grau de frescura incomparável e de qualidade avalizada.

«O grande desafio do setor agroflorestal e do desenvolvimento rural é o da sustentabilidade»



A bananicultura é um setor estratégico na RAM?

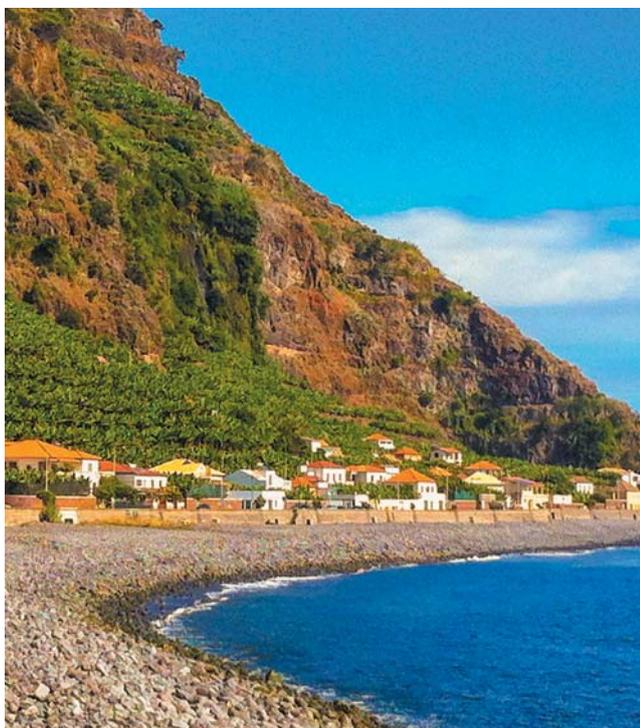
Sob a égide da empresa pública GESBA, será prosseguida a política de melhoria contínua das condições de produção e comercialização da banana, sendo que, a este propósito, ainda no passado mês de setembro, se procedeu à inauguração do novo centro de preparação comercial do produto na Ponta do Sol, remodelando totalmente o anteriormente ali existente, o qual envolveu um investimento, com participação da União Europeia, da ordem dos 4 milhões de euros. Esta unidade vai permitir duplicar a capacidade de processamento diária de banana de 40 para 80 toneladas, e está equipado com tecnologia de ponta para esta produção, nomeadamente ao nível da paletização e contentorização das embalagens. Cerca de 80% da produção anual da banana da Madeira é expedida para o continente português, sendo de referir que, este ano, é esperado venha a registar-se um dos maiores volumes de comercialização desta fruta na última década (até final de agosto deste ano foram comercializadas na primeira venda 13.300 toneladas de banana, mais 2.153 toneladas que em igual período de 2015).

Há oportunidades noutras culturas frutícolas?

Outro desafio é maximizar outras culturas ditas tropicais e subtropicais. Na verdade, para um amplo número de diferentes culturas frutícolas classificadas nestes grupos, a Madeira detém ótimas condições edafoclimáticas, e um “saber fazer” agrícola e técnico acumulado de dezenas de anos, que favorece a sua expansão para abastecimento aos mercados exteriores da Região. O objetivo prosseguido neste caso, passa em aproveitar as vantagens comparativas, designadamente quanto à variedade e oportunidade da oferta em relação a outras regiões competidoras, destas culturas, com destaque para as da anona, do maracujá e do tamarilho, e aprovisionar, numa primeira fase, o grande mercado europeu, onde estes frutos até há pouco tempo designados por “exóticos”, vão cada vez mais fazendo parte dos hábitos alimentares e, por isso, com uma procura crescente. Por outro lado, tanto o desenvolvimento da horticultura, como o da fruticultura, serão preferencialmente orientados para serem conduzidos em Modo de Produção Biológico.

Agricultura, floresta e agroindústria na Madeira

De acordo com os dados mais recentes, correspondentes ao 3º Trimestre de 2016, os setores agroflorestal e a agroindústria ocupam 12% da população empregada da Região (13.942 indivíduos). Quanto aos principais indicadores sobre a agricultura, segundo o último Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas do Instituto Nacional de Estatística, na Região Autónoma da Madeira, datado de 2013, existiam 12.068 explorações agrícolas, ocupando 5.262 hectares de Superfície Agrícola Útil (SAU), e empregando 12.775 Unidades de Trabalho Ano (UTAs). Por outro lado, a área média da exploração agrícola era de 0,44 hectares, envolvendo aproximadamente 2,4 UTAs por hectare de SAU. No que se refere à agroindústria, e tendo por base o Relatório POSEI – Subprograma para a Região Autónoma da Madeira de 2015, esta gerou, em 2013, um Valor Acrescentado Bruto (VAB), que rondou os 35 milhões de euros, e 1.960 postos de trabalho, o que representa 51% do total de empregos gerados pela indústria e 2,9% dos empregos gerados por todos os setores a nível regional. Ainda consoante este mesmo relatório, em 2014, registaram-se os seguintes valores para a produção do ramo agrícola: 90,1 milhões de euros; os consumos intermédios: 38,1 milhões de euros; o VAB: 52,0 milhões de euros, e o rendimento empresarial líquido: 40,5 milhões de euros (valores a preços correntes). Em 2014 o setor agroflorestal e as agroindústrias foram responsáveis por 2,4% do VAB Regional a preços correntes.



Que medidas concretas estão a ser implementadas pelo Governo Regional para dinamizar a produção agrícola e agroindustrial?

Em pouco mais de um ano de governação já implementámos, e temos em curso, um vasto conjunto de medidas para os setores agrícola e agroalimentar da Região. Estabelecemos um conjunto de planos estratégicos, designadamente para a anona, o maracujá e a agricultura biológica. Quanto à anona e ao maracujá, estes planos reúnem de uma forma integrada, os objetivos, políticas e ações com vista a que estas produções, tirando partido das suas vantagens diferenciadoras, alcancem quotas crescentes nos mercados externos e com mais-valia para os produtores. Os agricultores têm correspondido muito positivamente ao desafio de aumentarem a área dedicada a estas culturas, tendo sido já aprovados vários projetos de investimento no âmbito do PRODERAM 2020. Para sustentar a comercialização para o exterior destas produções em particular, está a ser criada uma estrutura empresarial pública, a qual aproveitará as tecnologias de processamento de horto-frutícolas existentes na rede dos Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira.

Madeira Biológica

Na RAM, em 2015, estavam registados, em Modo de Produção Biológico, 110 agricultores, 13 dos quais deram início ao processo de conversão das suas explorações agrícolas, trabalhando uma área de cerca de 150 hectares de cultivos, e, já no que se refere a preparadores/transformadores de produtos biológicos, contabilizavam-se 17 operadores, 2 dos quais iniciaram a atividade naquele ano.

O modo de produção biológico é prioridade na RAM?

Pese o esforço realizado nos últimos anos para o incremento da agricultura biológica, e os progressos indelutavelmente obtidos, este Governo considera que há ainda uma promissora margem de crescimento para este subsector da atividade agrícola regional. Temos a convicção que para uma região turística como a Madeira, que se diferencia de outros destinos pela beleza extraordinária da sua paisagem, e, sobretudo, para a componente humanizada desta, cujo cariz distintivo assenta fundamentalmente na agricultura, este modo de produção agrícola tem um redobrado interesse, dado que “ferramenta” indispensável à sua melhor preservação, assegurando a biodiversidade e mantendo a fertilidade dos solos. Neste desenvolvimento, em 2017, estará em plena execução o Plano Estratégico para a Agricultura Biológica, o qual tem como meta, a médio/longo-prazo, entre 15 a 20 anos, que a agricultura madeirense seja maioritariamente realizada em Modo de Produção Biológico e, na ilha do Porto Santo, a 100%.



Que outras medidas estão em curso para dinamizar a agricultura?

A exemplo da Bolsa de Terras do continente, criámos e está presentemente em fase de regulamentação acessória, o Banco de Terrenos da Região Autónoma da Madeira. Também temos em curso a iniciativa de criar, na reestruturação da rede de campos experimentais e postos agrários da Madeira e do Porto Santo, e em estreita articulação com as infraestruturas laboratoriais existentes, um centro de competências exclusivamente direcionado para a investigação, experimentação e demonstração agrónomicas, focando as culturas frutícolas, hortícolas e florícolas. Reconfigurámos igualmente os serviços de assistência técnica aos agricultores concentrando e reforçando as competências existentes. Porque consideramos estratégico que os agentes ligados aos setores agrícola e agroalimentar disponham dos melhores conhecimentos ao exercício das suas funções, temos em execução a empreitada de construção da Escola Agrária da Madeira, em São Vicente. Esta Escola irá proporcionar formação específica em diversas áreas da agricultura e da pecuária.

E no setor pecuário?

Estão em curso um conjunto de ações no sentido de revitalizar o setor pecuário e dotá-lo das condições mais adequadas ao seu exercício e à valorização das suas produções. Neste sentido, estão em fase de conclusão os estudos para a alteração dos objetivos da Estação Zootécnica da Madeira, a orientar para a recuperação do património genético das raças bovinas regionais, para a produção de bovinos de carne, como ainda para a investigação e o ensino em zootecnia.

Dê exemplos concretos de produtos locais tradicionais que estão a ser impulsionados?

Como já referi, é política deste Governo Regional progredir na implementação de sistemas de proteção e qualificação das mais importantes produções agrícolas e agroalimentares regionais, facilitando a sua diferenciação e valorização nos mercados, designadamente ao nível dos mecanismos de Denominação de Origem Protegida (DOP), Indicação Geográfica Protegida e Especialidade Tradicional Garantida. A Anona da Madeira é uma DOP desde 2000, mas estamos a trabalhar em muitos outros produtos, como sejam a Cebola, a Sidra, o Pão de Casa, o Bolo do Caco.

Já este ano aprovámos o Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime relativo à produção e comercialização de Pão Tradicional da Região Autónoma da Madeira, onde se inserem o Pão de Casa e o conhecido Bolo do Caco. Este diploma reconhece a especificidade, a tipicidade e a qualidade distinta de certos produtos da panificação regional.

Ainda no âmbito da autenticação e valorização superlativa de certas produções agroalimentares genuinamente regionais, estamos a criar uma Câmara de Provedores dos Produtos Tradicionais Madeirenses, que disporá de várias seções especializadas consoante a natureza dos grupos de produtos, entre outros, doçaria, licoraria e sidras.

Ciclo de Conferências Jovem Agricultor

A Madeira é o último destino do Ciclo de Conferências Jovem Agricultor 2016, a 25 de novembro, na Calheta. Para trás ficam muitas horas de debate, algumas “vitórias” e ideias que germinam para o futuro.

Jovem Empresário Rural

O Ciclo de Conferências Jovem Agricultor serviu para consolidar a certeza de que a figura do Jovem Empresário Rural, defendida pela AJAP nos últimos anos, é de extrema importância para a dinamização



O Ciclo de Conferências Jovem Agricultor, que se iniciou em Março, permitiu à AJAP auscultar os agentes de desenvolvimento local, membros do Governo, autarquias locais, agricultores e jovens agricultores. Importantes intervenções, algumas discussões e consensos, foram a característica destas Conferências realizadas com debates acesos e muito participados.

«Nas regiões por onde passámos – Caminha, Tavira, Nelas, Peso da Régua e Estremoz - presenciámos excelentes exemplos de jovens investidores e verificámos que existem muitos outros jovens com vontade de apostar na Agricultura e no espaço rural. Esperamos que este ciclo de debates, que agora encerra na Região Autónoma da Madeira, tenha contribuído com ideias relevantes e propostas concretas para a resolução dos problemas dos jovens agricultores», afirma Firmino Cordeiro, Diretor-geral da AJAP.

económica, demográfica, incremento de inovação e criação de emprego nos territórios rurais. Vários oradores das Conferências confirmaram a pertinência e oportunidade desta proposta inovadora.

O secretário de Estado da Agricultura e Alimentação comprometeu-se, na Conferência de Caminha (21 de abril), com a regulamentação e apoio da figura do JER: «estamos a mobilizar apoios de diversas origens, numa perspetiva de gestão multifundos, para viabilizar a figura do Jovem Empresário Rural», assegurou Luís Medeiros Vieira. Durante a Conferência de Nelas (13 de julho) surgiram palavras de incentivo ao JER: «sou apoiante desde a primeira hora da figura do Jovem Empresário Rural, é um conceito multifuncional, porque o mundo rural tem um potencial elevadíssimo na agricultura», afirmou Arlindo Cunha, atual presidente da Comissão Vitivinícola do Dão. Uma ideia reforçada pela diretora regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Centro, Adelina Martins, que afirmou: «não posso estar mais de acordo com a questão do Jovem Empresário Rural».



Na Conferência de Peso da Régua (29 de junho), as palavras de incentivo do Diretor do Instituto Desenvolvimento Agrário da Região Norte, Carlos Duarte, não deixam dúvidas: «O novo desafio é diversificar a atividade económica do Jovem Agricultor (...) a AJAP pode ajudar o Estado a valorizar os recursos endógenos do Interior». No mesmo evento, Helena Freitas, coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, sublinhou que a assimetria entre o Litoral e o Interior é hoje insustentável, sendo urgente reequilibrar a coesão territorial. «Serei um veículo de promoção da figura do Jovem Empresário Rural junto do poder central», comprometeu-se esta responsável, a alguns meses de apresentar o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Finalmente aprovado no final de outubro pelo Governo, este Programa faz referência (na página 8) à conferência da AJAP na Régua, e no final da página 59, inscreve a Figura do JER, sob tutela do Ministério da Agricultura.

Nos últimos anos «a agricultura e o mundo rural ganharam visibilidade e reconhecimento público, mas para que as populações se fixem nas zonas rurais necessitam de condições (...) as várias políticas da

União Europeia, e não apenas a PAC, devem levar isto em linha de conta», recordou a Gestora do PDR2020, Gabriela Freitas, na Conferência de Estremoz (6 de outubro).

Rede de suporte aos jovens agricultores

A AJAP enunciou na Conferência de Caminha os eixos de intervenção prioritários para a promoção do espírito empreendedor dos jovens agricultores: melhoria das competências, incluindo qualificação e treino; acesso ao financiamento, nomeadamente o necessário à criação e dinamização de novos negócios que explorem os resultados da inovação, e o desenvolvimento de uma verdadeira rede de suporte aos empreendedores e aos jovens, que crie condições de assistência e acompanhamento nos primeiros anos de vida.

Consideramos que foi dado um primeiro passo positivo por parte do Ministério da Agricultura, em julho passado, com a criação da Comissão de Acompanhamento dos Jovens Agricultores (CAJA), proposta pela AJAP. Análise, diagnóstico e avaliação fazem parte





da missão desta Comissão, com vista a acompanhar os jovens agricultores que foram objeto de financiamento público e com o fim de propor medidas para superar eventuais estrangulamentos identificados. É necessário assegurar que os futuros agricultores permaneçam na atividade, agindo para diminuir a elevada taxa de mortalidade de muitos projetos de investimento, por falta de acompanhamento adequado aos jovens empreendedores.

Nesta matéria, Miguel Freitas, especialista em assuntos agrícolas europeus e um dos oradores das Conferências, considerou que «o aconselhamento técnico e económico são essenciais ao êxito dos jovens agricultores» e propôs a criação de um “regime de tutoria”, através do qual pessoas credenciadas acompanhem os jovens.

As dificuldades dos Jovens Agricultores

No Ciclo de Conferências demos voz a jovens agricultores das várias regiões do país, que apresentaram projetos inovadores, mas também falaram dos obstáculos que têm e tiveram de superar, nomeadamente

as dificuldades sentidas na instalação e na implementação da atividade.

«O preço do dinheiro na hora de comprar ou arrendar terras é o maior problema de qualquer jovem agricultor», disse Guilherme Oliveira, jovem agricultor de Estremoz, que investiu na produção de romã.

O problema do acesso a financiamento e à terra são os maiores constrangimentos à instalação dos jovens agricultores europeus. De acordo com um estudo realizado na União Europeia, e divulgado pela Comissão Europeia, que inquiriu 2.205 jovens agricultores nos 28 estados-membros, «a compra ou arrendamento de terra é a primeira e mais importante necessidade, seguida do acesso ao crédito, a subsídios e a trabalhadores qualificados». Quanto à formação, os aspetos mais valorizados pelos jovens inquiridos são a formação técnica/tecnológica e as competências de gestão empresarial. O estudo, intitulado *Pilot Project Exchange Programme for Young Farmers Needs of young farmers in EU-28*, conclui que a formação deve ser desenhada à medida das necessidades específicas dos jovens agricultores.





«Entrar nesta atividade implica responsabilidade, estar ciente do risco, possuir muita informação e perceber que não devemos avançar completamente sós. Devia implicar um acompanhamento técnico que verdadeiramente nunca foi instituído e um processo formativo ajustado e faseado, antes da submissão do projeto e após a sua aprovação», conclui Firmino Cordeiro, Diretor-geral da AJAP.

A AJAP é passado, mas fundamentalmente é presente com olhos postos no futuro.

Porque acredita no futuro, a AJAP traz à reflexão na Madeira conceituados oradores e moderados, que deixarão certamente importantes visões associadas à inovação, empreendedorismo, formação e informação, novas tecnologias na agricultura e a sustentabilidade dos recursos naturais como base da nova arquitetura agrícola e de desenvolvimento rural no futuro.

A proposta da AJAP: Jovem Empresário Rural

A figura Jovem Empresário Rural (JER), proposta pela AJAP, é um conceito inovador que visa contribuir para a fixação de Jovens no Espaço Rural. O JER deve ter entre 18 e 40 anos e desenvolver atividade económica em meio rural (residência e sede da empresa em freguesia/concelho rurais), não obstante prevalecer a complementaridade da atividade agrícola e florestal, a valorização dos recursos naturais, culturais e sociológicos. O Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Empresários Rurais que propomos inclui: a criação de novas medidas com financiamento a fundo

perdido com taxas variáveis em função do tipo de investimento, apoio à criação de postos de trabalho, isenções fiscais (IRS/IRC nos primeiros 3 anos de instalação), redução/isenção IMI e bonificação das taxas de juro. Prevê o surgimento de um mecanismo de “Via Verde”, visando agilizar os procedimentos necessários à viabilização dos investimentos propostos, nomeadamente em matéria de licenciamento; priorizar o acesso à rede de apoio ao empreendedorismo, incluindo os centros de acolhimento, as incubadoras de empresas, as Delegações da AJAP e outros.

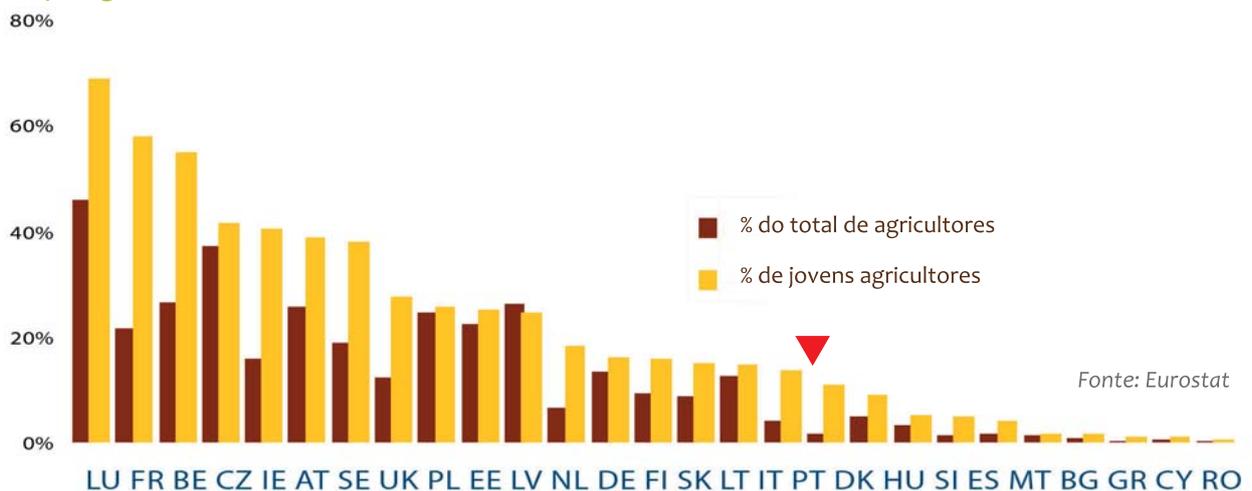
Jovens Agricultores precisam-se!



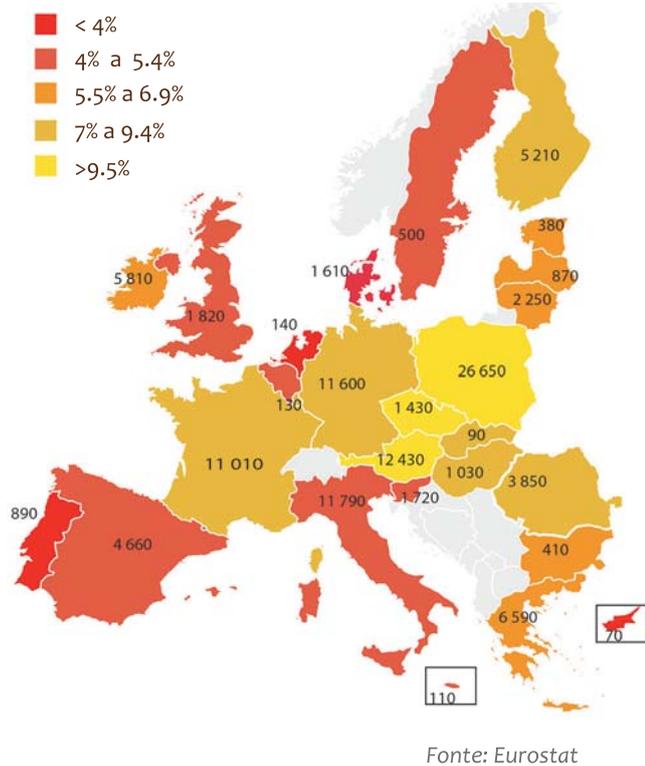
Mais de metade dos agricultores da União Europeia tem 55 anos de idade ou mais e apenas 6% dos gestores de explorações têm menos de 35 anos. Portugal é o exemplo extremo da falta de renovação geracional: 3 em cada 4 gestores agrícolas têm mais de 55 anos.

Em média a percentagem de agricultores que frequentou mais de 2 anos de formação agrícola após a escolaridade obrigatória na EU-27 é de 13%, mas atinge os 21% no caso dos jovens agricultores (em 2010).

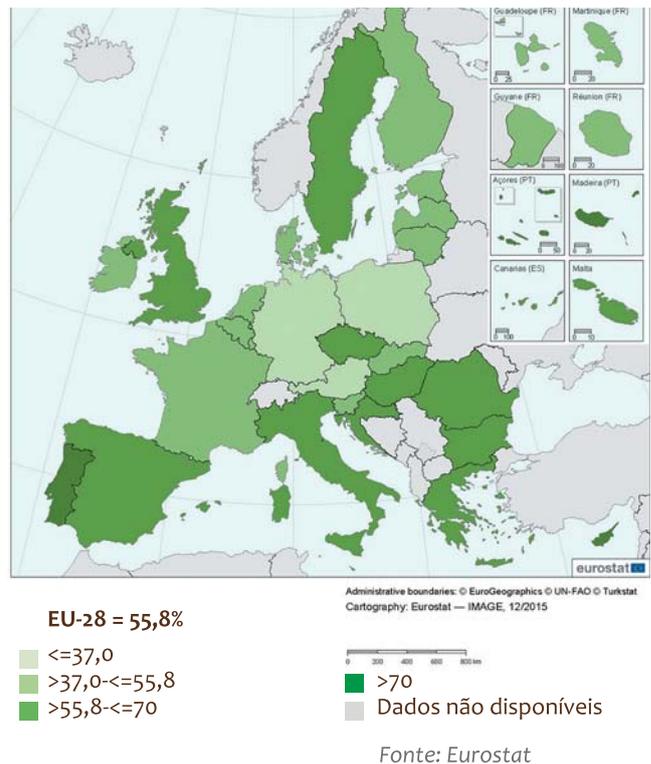
Formação agrícola na UE



Jovens Agricultores no total de agricultores da UE



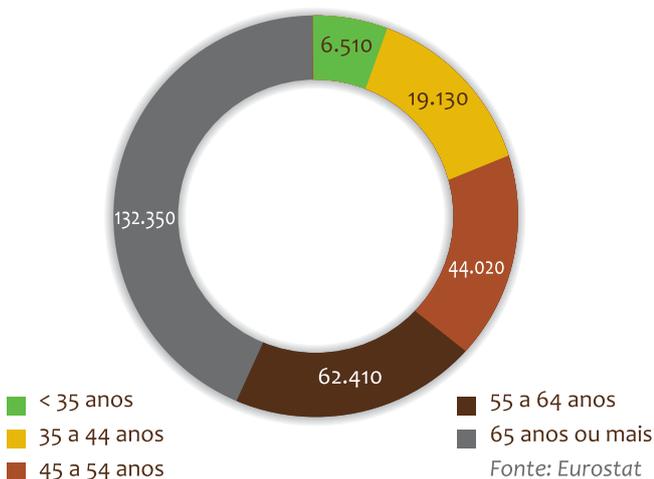
Gestores de explorações agrícolas com 55 anos ou mais na UE (2013)



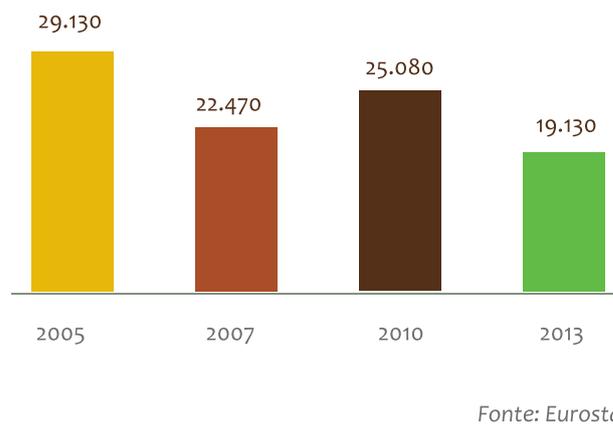
O gráfico mostra o nº de jovens agricultores (com menos de 35 anos) que beneficiaram das ajudas da PAC (em 2010). As cores indicam a percentagem de jovens agricultores beneficiários (7,5% em média) face ao total de agricultores beneficiários.

Dos 264.420 gestores de explorações agrícolas identificados em Portugal, 73,7% têm 55 ou mais anos de idade.

Idade dos agricultores em Portugal (2013)



Agricultores em Portugal até 44 anos de idade



«As políticas de juventude devem estar intimamente ligadas às questões ambientais»

João Paulo Rebelo, secretário de Estado da Juventude e do Desporto, acredita na capacidade dos jovens para responder ao grande desafio do século XXI - como alimentar a população sem comprometer o futuro?



Depois da geração “rasca”, nos anos 90, temos uma geração “à rasca”, que sai do país por falta de oportunidades. A Agricultura nacional tem condições para atrair jovens e ajudar a reverter esta tendência?

É um facto que esta geração “à rasca” vivencia desafios muito diferentes dos das gerações anteriores, desafios esses que, acompanhados pelo período da crise e das políticas de austeridade, resultaram em dificuldades concretas na efetivação da emancipação das pessoas jovens. Importa, porém, fazer justiça às pessoas jovens dos anos 90 e recusar o rótulo “rasca”. Muito do que hoje consideramos o Portugal “moderno” resulta da energia e criatividade da juventude dos anos 90, que soube catapultar-se no espaço europeu e tornar Portugal um país mais moderno e cosmopolita.

A presente geração de jovens terá outra missão, procurando soluções para uma economia de futuro, onde a atividade humana contribua para as soluções e não agrave os problemas. Sem qualquer dúvida que a agricultura tem aqui um papel importantíssimo, pois é a atividade económica em que, por excelência, nos relacionamos com o território e da qual depende a nossa sobrevivência individual e coletiva. Estou convicto e otimista de que esta geração se vai sentir cativada pelo grande desafio do século XXI - como alimentar a população sem comprometer o futuro? – que só poderá ser resolvido através de uma geração que, como esta, tem consciência do impacto global da sua ação local.

A assimetria entre Litoral e Interior continua a acentuar-se e os jovens continuam a abandonar as zonas rurais. Que políticas públicas devem ser adotadas para reverter este desequilíbrio?

Este Governo desenvolveu, através da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, o Programa Nacional para a Coesão Territorial, que assenta, em duas premissas: a da transversalidade das políticas públicas com vista à coesão territorial, implicando a articulação dos diferentes Ministérios, e, por outro, a mobilização dos agentes presentes nos territórios do interior.

Tenho visitado associações juvenis de base local que têm um contributo ímpar no desenvolvimento das suas comunidades. São jovens que, mesmo tendo saído da sua terra para a grande metrópole, regressam ao fim-de-semana ou nas férias, para desenvolver as atividades da sua associação. Mas também há algumas pessoas jovens das cidades que reconhecem as oportunidades dos territórios de interior de baixa densidade e migram no sentido inverso ao fluxo tradicional, desenvolvendo, no interior, projetos de intervenção social e/ou ambiental que, muitas das vezes, são os seus próprios projetos de vida e autoemprego. O apoio financeiro é fundamental, mas sem

Ser Jovem Agricultor - a visão da Sociedade

qualquer dúvida que o estabelecimento de contactos e a partilha de recursos dos diversos agentes – Governo, autarquias, privado e economia social – é, hoje, o principal requisito de sustentabilidade.

Importa também dizer que é essencial desenvolver políticas que contribuam para o conhecimento que a juventude possa ter do território nacional, particularmente do património natural. A reativação, em 2017, do programa “Voluntariado Jovem para as Florestas”, é um exemplo.

A AJAP propõe a criação da figura do “Jovem Empresário Rural”, que poderá contribuir para atenuar os efeitos de abandono a que as regiões do Interior são expostas. Qual a sua opinião sobre este tema?

Como sabem, o Programa Nacional para a Coesão Territorial aponta, como medida 2.35, a criação do estatuto de "Jovem Empresário Rural", a ser desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. Com a consagração deste estatuto, o Governo pretende fomentar benefícios/apoios/linhas de crédito/outros a conceder a jovens que se queiram instalar em espaços rurais, designadamente em territórios do interior. Estou certo de que os colegas responsáveis, no Governo, por esta pasta, estão a desenvolver a proposta tendo em conta todos os contributos de todos os agentes relevantes para esta matéria, incluindo os da meritória proposta da AJAP. Enquanto responsável pelas políticas de juventude e com a missão de fazer um acompanhamento transversal das políticas setoriais, considero que esta é uma medida que poderá vir a trazer um grande benefício para as e os jovens que queiram desenvolver a sua atividade profissional no interior, ao mesmo tempo que representa um grande benefício para as comunidades do interior de baixa densidade, contribuindo, até, para o rejuvenescimento da sua população.

A COP22, realizou-se este mês em Marraquexe, onde se esperam avanços na concretização do primeiro grande acordo mundial contra o aquecimento global. Qual a importância deste compromisso para as atuais e futuras gerações de jovens?

A COP22, tendo como principal objetivo operacionalizar o acordo de Paris, que já foi ratificado por 103 países, incluindo Portugal, é mais um dos momentos políticos de esperança

para a atual e futuras gerações de jovens. A vida das futuras gerações depende em muito da capacidade dos países transformarem a sua estrutura económica e produtiva para padrões de consumo e sustentabilidade do século XXI.

Por isso, é essencial pensarmos as políticas de juventude, no século XXI, como estando intimamente ligadas às questões ambientais. Muitas das atividades económicas, empregos ou profissões das e dos jovens de hoje passarão pela criação de soluções no âmbito da economia verde, incentivando o setor público e privado na descoberta e implementação de soluções criativas para problemas ambientais. Conseguir que este modelo de pensamento integre a agenda política faz, também, parte da missão da própria juventude. Só participando na vida política e cívica das comunidades, as pessoas jovens podem fazer valer o seu pensamento e contribuir para a gestão da coisa pública e, no caso concreto, para a implementação efetiva do acordo de Paris.

Quando terminar o seu mandato, o que espera ter alcançado em prol dos jovens portugueses?

Esperarei criar as condições políticas para que a prática da cogestão seja assumida como uma prioridade, não só no setor mas em todo o Governo e Administração Pública, de modo a que as e os jovens possam contribuir para a decisão em matérias de políticas públicas de juventude. Até ao final de 2016, por exemplo, as duas plataformas representativas da juventude – a Federação Nacional das Associações Juvenis e o Conselho Nacional de Juventude - irão integrar o capital social da Movijovem, uma cooperativa que tem a responsabilidade da gestão da rede de pousadas de juventude e da iniciativa do cartão jovem. Esperarei, também, ter promovido o empoderamento das pessoas jovens. Praticamente no início das minhas funções, anunciei como prioridade a divulgação dos direitos das pessoas jovens, cuja proteção especial dos seus direitos se encontra consagrada no artigo 70º da Constituição da República Portuguesa. Jovens conscientes e com informação acerca dos seus direitos estarão mais capacitadas/os para a ação política, para a defesa dos seus direitos e para o combate à exclusão social. Em suma, esperarei ter contribuído para que as e os jovens em Portugal tenham mais poder sobre as suas próprias vidas.

«É fundamental que o setor agrícola seja uma fonte sustentada de emprego»

António Correia de Campos, presidente do Conselho Económico e Social (CES), defende o aumento do apoio técnico aos jovens agricultores, com planos de longo prazo que reduzam a mortalidade de projetos e empresas.



As políticas públicas em Portugal têm sido eficazes a cativar os jovens para a atividade agrícola?

Creio que tem existido um esforço por parte do Estado português no sentido de melhorar as condições dos jovens que se dedicam à atividade agrícola. Esse esforço foi desde logo demonstrado na negociação da nova fase da PAC (Política Agrícola Comum) com os nossos parceiros europeus. No âmbito desta nova fase, os jovens agricultores têm a possibilidade de

aceder a financiamento comunitário por via dos mecanismos de pagamento direto e por via das candidaturas ao PDR2020. Além disso, deve ser valorizada a decisão do atual Executivo de criação da Comissão de Acompanhamento dos Jovens Agricultores (CAJA), que tem precisamente como objetivo dar apoio e acompanhamento aos jovens agricultores que foram objeto de financiamento público.

De acordo com um estudo realizado na UE, que inquiriu 2.205 jovens agricultores, os principais obstáculos à instalação de mais jovens agricultores são a dificuldade no acesso à terra e ao crédito. Que comentário lhe merece esta conclusão?

Infelizmente, as dificuldades de acesso ao crédito foi problema transversal à maioria dos setores de atividade durante os últimos anos. Este cenário poderá ter melhorado recentemente, com a descida das taxas de juro cobradas pela banca e o aumento da disponibilidade de crédito, o que pode ser uma boa oportunidade para o setor. No domínio específico da agricultura, têm existido algumas tentativas de aumento da disponibilidade de crédito, como foi o caso do empréstimo de 50 milhões de euros concedido pelo BEI ao Crédito Agrícola no ano de 2015, para financiamento de projetos de pequena dimensão. O atual Governo, ao criar a Comissão de Acompanhamento dos Jovens Agricultores, está a dar um sinal da importância que atribui ao contributo dos jovens empresários do setor.

No âmbito do acesso à terra, é importante destacar o papel da Bolsa Nacional de Terras, criada em 2013, que abriu ao investimento uma vasta área de terras, que até então se encontravam abandonadas ou em subutilização. Embora o programa possa ainda não ter atingido a dimensão pretendida, é um passo importante que merece ser destacado.



Muitos jovens agricultores desistem da atividade poucos anos após a 1ª instalação. O que alterar no sistema de ensino e apoio às jovens PME agrícolas?

É fundamental que o setor agrícola, pelo seu elevado potencial, seja uma fonte sustentada de emprego. Em linha com as recomendações dos especialistas no setor, creio que deveria ser considerado o aumento do apoio técnico providenciado aos jovens agricultores, nomeadamente na definição de planos de longo prazo para os seus projetos, de forma a reduzir a mortalidade de projetos e empresas a um nível aceitável.

Que papel pode o Conselho Económico e Social desempenhar na ajuda à implementação de políticas que promovam o emprego jovem na Agricultura?

O Conselho Económico e Social é um espaço de confluência, reflexão e síntese das opiniões e contributos dos diversos parceiros que constituem a sociedade portuguesa, nomeadamente aqueles que representam o setor agrícola. A diversidade deste órgão permite o encontro de soluções que reúnam consenso na sua formulação. Nesse sentido, considero que o CES pode desempenhar um papel relevante na promoção do emprego jovem na agricultura, ao reco-

nhecer a importância do setor e ao incorporar as sugestões dos representantes do setor nos seus pareceres.

Que rumo deve seguir a Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020 para garantir a renovação geracional da agricultura na Europa?

Creio que é prematuro definir no imediato quais devem ser as características da PAC pós-2020. Só após uma implementação mais consolidada do atual programa poderemos avaliar com clareza os seus pontos fortes e as suas fraquezas, avaliação que deve estar na base das futuras características da PAC. No entanto, considero que qualquer programa futuro deve prosseguir o seu foco nas questões do emprego, da segurança alimentar, do desenvolvimento rural e da sustentabilidade ambiental.

«A PAC pós-2020 deve prosseguir o seu foco no emprego, segurança alimentar, desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental»

«Os jovens terão sempre uma posição privilegiada na PAC»

João Machado, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), está otimista quanto à renovação geracional na agricultura e apoia a implementação da figura do Jovem Empresário Rural, proposta pela AJAP.



Apenas 14% dos jovens agricultores da UE têm menos de 40 anos. Está em risco a renovação de gerações na Agricultura Europeia?

A situação não é igual em todos países da UE. Portugal esteve muitos anos sem renovar o tecido agrícola, porém, nos últimos anos temos vindo a repor os jovens agricultores a um ritmo aceitável. Demorará pelo menos uma década até que se atinja um nível confortável. É fundamental a entrada de jovens na atividade, a nova geração de agricultores está hoje em dia bem preparada a nível académico e utiliza novas tecnologias. No entanto, é preciso perceber que a renovação geracional na agricultura é diferente da que acontece noutras áreas de

atividade. Na grande maioria dos países europeus a agricultura é uma atividade familiar, na qual os jovens só ficam com a gestão do negócio quando sucedem aos pais ou aos avós.

De acordo com um estudo realizado na UE, que inquiriu 2205 jovens agricultores, os principais obstáculos à instalação de mais jovens agricultores são a dificuldade no acesso à terra e ao crédito. Que comentário lhe merece esta conclusão?

Confirmo. A terra agrícola é um bem escasso na Europa, não há boa terra arável disponível, e por isso, o seu preço é elevado. Quanto ao acesso ao crédito, não ocorre com a facilidade de outros tempos em nenhuma área de atividade, e menos ainda na nossa atividade, pela falta de historial na banca. Em segundo lugar, a agricultura é um investimento em capital intensivo e tem um retorno muito longo. Quem entra de novo confronta-se com estas dificuldades. A melhor maneira de entrar na atividade é através da sucessão familiar.

Que balanço faz sobre a atual política comunitária de apoio aos Jovens Agricultores?

A política comunitária e nacional tem vindo a fazer um esforço muito grande para apoiar os jovens agricultores, ao longo dos sucessivos QCA, nalguns casos há quem diga até que desregulando um pouco o mercado. Muitos jovens são atraídos para investir, sem conhecerem as dificuldades desta atividade, o que resulta em taxas de insucesso elevadas. Isso é um perigo, porque não queremos desincentivar uma segunda geração que está nas explorações agrícolas para suceder aos mais velhos e porque cria um historial de grandes insucessos na banca e na PAC. É essencial cuidado no apoio aos jovens agricultores, fazendo-lhes sentir que é preciso formação, muito apoio e muita persistência. A agricultura é um compromisso e uma dívida para décadas! Não se deve entrar nesta atividade de ânimo leve.

Qual a sua opinião sobre a Comissão de Acompanhamento dos Jovens Agricultores (CAJA), criada em julho deste ano pelo Governo?

Temos vindo a dizer ao longo dos anos que as políticas agrícolas, a nível nacional e comunitário, devem ser avaliadas por forma a corrigir os erros. A criação da CAJA é positiva, mas a avaliação deve ser permanente e consequente em novas políticas agrícolas.

Qual a sua opinião sobre a criação de regimes de tutoria para aconselhamento técnico e económico dos jovens agricultores?

A CAP considera que é muito importante o acompanhamento e a ajuda permanente nos primeiros anos de atividade dos jovens agricultores, para garantir o sucesso dos investimentos. Concordamos com o princípio do apoio, mas não está criado o mecanismo para apoiar. Podemos discutir esta matéria no âmbito da CAJA ou de outros grupos de trabalho que venham a ser criados.

O Conselho Europeu de Jovens Agricultores propõe critérios adicionais à definição de “Agricultor Ativo”: proibição da acumulação de pensões de reforma com pagamentos diretos (no âmbito da PAC); formação mínima a nível agrícola; níveis de rendimento e tempos de trabalho mínimo na atividade agrícola. O que pensa desta proposta?

Todos os mecanismos que contribuam para que a agricultura tenha uma dimensão empresarial e se profissionalize são fundamentais. Não significa que a agricultura menos produtiva não exista, mas deve funcionar com menos incentivos públicos.

O que deve mudar na PAC pós 2020 no que se refere às medidas de apoio aos Jovens Agricultores?

A PAC é a única política comunitária a 100%. O QCA iniciado em 2014 veio retomar o primado da produção, premissa que havia sido abandonada em 1992. Saudamos este virar de página e esperamos que após 2020 esta tendência se acentue, porque os relatórios da FAO indicam que é preciso produzir mais alimentos. Continuamos a ter uma política de desenvolvimento rural, a organizar o território da UE, mantendo-o sustentável e habitado, e nessa

matéria a agricultura e a floresta são fundamentais. Creio que após 2020 a PAC vai ser ainda mais aprofundada nestas 5 áreas: aumento da produção, organização e ocupação do território, políticas agroambientais, segurança alimentar e bem-estar animal. A questão que se coloca é a manutenção do orçamento da PAC após 2020.

Há uma pressão crescente por parte da opinião pública europeia para que o orçamento da PAC diminua...

Por isso mesmo o orçamento da PAC tem vindo a diminuir no todo do orçamento comunitário. A PAC gasta por ano 1% do PIB da UE, é pouco, considerando os serviços prestados pela agricultura: produção de alimentos, seguros e de qualidade, a preços competitivos; respeito pelo ambiente e bem-estar animal e manutenção do território. Defendemos que o orçamento da PAC deve manter-se para que possamos aprofundar estas políticas. É natural que ocorra uma viragem dos instrumentos de operacionalização da PAC, nomeadamente com a atribuição de mais apoios ao rendimento agrícola e menos apoios aos investimentos em si. Os seguros agrícolas, introduzidos na PAC pela primeira vez no atual QCA, serão aprofundados. Os jovens terão sempre uma posição privilegiada na PAC, através da discriminação positiva nos apoios, sejam quais forem as mudanças no próximo QCA.

Qual a sua opinião sobre a figura do Jovem Empresário Rural, proposta pela AJAP?

Tudo o que seja valorizar a atividade dos empresários agrícolas e dos jovens no mundo rural, em particular, a CAP apoia e está de acordo. O acompanhamento e enquadramento aos jovens pode ser feito por esta via e julgo que seria um instrumento importante. A AJAP terá propostas com medidas de sua responsabilidade e outras da responsabilidade das políticas do Governo. Iremos acompanhar essa matéria e é natural que venhamos a concordar com a grande maioria das medidas. Parece-nos uma medida acertada.

«A PAC gasta por ano 1% do PIB da EU»

«A UE devia repensar seriamente a Política Agrícola Comum»

João Duque, economista e professor catedrático do ISEG, põe em causa o atual modelo da PAC e defende que o equilíbrio do saldo comercial da balança alimentar deve ser uma missão de Estado.



As exportações agroalimentares cresceram em média 8% desde o ano 2000, no entanto, o défice da balança comercial agroalimentar é de 2,7 M€ (dados 2015). O setor tem condições para robustecer as exportações e evitar importações?

É verdade que as exportações cresceram, mas em 2016 as importações aumentaram muito mais comparativamente, o que leva a admitir que há margem para vender mais no mercado interno, substituindo

importações, ou para fazer a compensação através do aumento das exportações. O défice geral da balança comercial portuguesa sem combustíveis agravou-se 70%, entre 2014 e 2016, isto é, cerca de 2 mil milhões euros, passando para cerca de 5 mil milhões. Mais uma vez vamos ter problemas a longo prazo, pois alguém terá que financiar esta diferença entre entradas e saídas. E a alternativa é sempre vender bens, pedir empréstimos ou viver de apoios comunitários. Uma economia não consegue viver sistematicamente desta forma. E uma boa missão para os governos seria a de equilibrar o saldo comercial da balança alimentar. Isso é que dá verdadeira independência aos países, de forma imediata, pelo menos.

Que papel devem ter as políticas públicas no equilíbrio da balança alimentar?

As políticas deviam ser facilitadoras, saber o que os agricultores e os demais profissionais da cadeia produção – consumo precisam para produzir e escoar os seus produtos. A partir daí devem agir em conformidade. Por exemplo, os subsídios são uma forma artificial de manter a produção. E se fazem por vezes sentido para iniciar atividades ou para as não deixar morrer num curto período de tempo, no longo prazo deixam de o fazer. A UE devia repensar seriamente o que fazer com a Política Agrícola Comum (PAC). Uma política agrícola completamente financiada e sustentada por subsídios, que está completamente fora do mercado, não terá muito futuro. Assiste-se a alterações perigosas nos regimes e nas formas de ver a política, nomeadamente nas transações internacionais. Na semana passada assistimos nos EUA à vitória de Donald Trump, que tem uma ideia muito própria: desenvolver o mercado interno norte-americano, relegando para segundo plano o mercado externo. Isto é muito perigoso para o comércio internacional.

Crê que Donald Trump vai impedir a concretização do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)?

Acho que Trump vai pressionar, mas será confrontado com muitas barreiras à implementação das medidas que anunciou (durante a campanha). Ainda assim, ao fazer pressão causará desequilíbrios. Não sei exatamente qual será o impacto da sua política no agravamento das dificuldades dos países que exportam para os EUA, mas sei que se vai alterar alguma coisa. É expectável uma retração do mercado (norte-americano) na importação de alguns produtos e um aumento da procura por outros. Os EUA não são completamente autossuficientes. Ao oscilar a sua orientação de consumo e investimento vai necessariamente alterar-se o mix da procura. Provavelmente os EUA vão deixar de comprar alguns produtos de consumo, por exemplo alimentares, e passarão a comprar produtos de investimento (obras públicas, construção, etc). Poderão abrir-se oportunidades para outros segmentos de mercado.

Portugal tem um problema que afeta todos os setores económicos- a falta de notoriedade do nosso país...

É verdade, Portugal é pouco conhecido e em geral quando se fala de Portugal lá fora é pela negativa, talvez na área agrícola não seja tanto assim. Será necessária uma coordenação das várias campanhas que se fazem a nível setorial, congregando esforços em prol da marca Portugal. Através do Turismo temos uma oportunidade para divulgar os produtos alimentares portugueses, produzidos com padrões de elevada qualidade e sofisticação. É uma das áreas em que faz sentido o Governo investir.

A 22.ª Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas (COP22) decorreu este mês de novembro em Marraquexe. Qual a importância do acordo do clima para a Economia portuguesa?

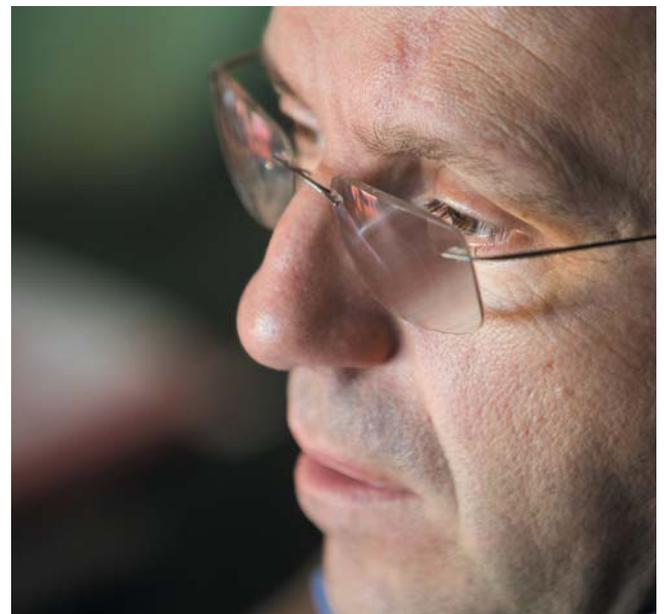
Infelizmente, penso que o que nos afetará mais diretamente é a questão da poluição em resultado da mobilidade de pessoas e bens. Podemos esperar uma redefinição na forma de compor o mix da produção energética, que tem sido muito penalizador (em termos de custo) para Portugal. No passado, equipámo-nos com parques de produção energética de origem

hídrica, mais recentemente investimos na produção de energia eólica e solar, mas porque há grande intermitência na produção de energia a partir do sol e do vento, mantém-se ainda toda a estrutura de suporte em modo tradicional. E estamos a pagar caro essa dupla fatura. É possível que nos próximos anos, com a evolução da capacidade de armazenamento das baterias (elétricas), haja uma alteração na energia associada à mobilidade que ainda está muito incipiente. Na agricultura é expectável uma maior instabilidade da produção, devido aos fenómenos climáticos extremos. Pode ter outra consequência negativa que é a alteração dos preços dos seguros ou mecanismos de segurança compensatórios desta atividade.

Que geração de jovens estamos a educar em Portugal?

Os jovens portugueses estão a ser educados para trabalhar no espaço global. Lamento que não existam mais oportunidades de emprego em Portugal e que pudéssemos até empregar outros cidadãos europeus e dos países africanos de língua oficial portuguesa.

«Provavelmente os EUA vão deixar de comprar alguns produtos de consumo»



Jovens Agricultores - Operadores da mudança

Maria do Céu Patrão Neves enumera as prioridades para fixar os jovens no mundo rural: políticas agrícolas adequadas, uma boa articulação entre políticas de saúde e de educação descentralizadas e um contexto político-jurídico estável.



Qual é a imagem que a opinião pública tem dos jovens agricultores?

A imagem que a opinião pública tem hoje do jovem agricultor, como dos agricultores em geral, é bastante diferente da do passado. Aliás, esta imagem tem vindo a mudar nas últimas décadas de uma forma muito positiva.

No passado, dominava a percepção na nossa sociedade de que o sector primário era uma actividade para pessoas com um baixo nível académico, as quais, porque não tinham significativas competências intelectuais ou até mesmo porque não sabiam fazer mais nada, enveredavam pelo trabalho das terras. A agricultura e o sector primário em geral eram deste modo perspectivados como a ocupação natural para um extracto social sem formação específica e mais pobre, que assim se perpetuava geracionalmente.

Do mesmo modo, a ruralidade era também desvalorizada, como espaço apenas ocupado pela agricultura, habitado pela população mais desclassificada e pobre, por quem afinal não tinha conseguido ir para a cidade, numa agressiva dicotomia entre a cidade e o campo, o urbano e o rural.

Estas são ideias hoje profundamente anacrónicas e quotidianamente desmentidas pela realidade.

Actualmente, o agricultor, e sobretudo o jovem agricultor, é visto como alguém que optou por esta profissão entre outras, todas elas com a mesma dignidade, e sem que seja necessariamente filho de agricultores.

O jovem agricultor tem agora um nível de instrução elevado, não raramente uma licenciatura, um mestrado, um doutoramento, formação técnica específica em diversos domínios, frequenta cursos de actualização, participa em reuniões científico-profissionais, visita espaços e empresas internacionais... E é esta sua formação superior que contribui para a dignificação da actividade.

Paralelamente, também o mundo rural deixou de ser espaço de fuga para se tornar espaço de acolhimento para quem vive na cidade e passa os fins-de-semana no campo; e, mais importante, tornou-se símbolo de qualidade de vida para muitos jovens casais que abandonam voluntariamente a cidade e optam por viver no campo.

Tanto o agricultor como a prática agrícola e a ruralidade têm vindo progressivamente a serem valorizados pela opinião pública e, em poucas décadas, passámos de um olhar de menosprezo para um olhar de desejo.

Como é que a imagem que a opinião pública tem dos jovens agricultores está a ser influenciada pelas políticas da PAC?

Conhecendo bem a PAC 2014-2020, em cujo desenho trabalhei intensamente durante mais de dois anos, direi

que apoia assumida e decisivamente os jovens, apostando mesmo no rejuvenescimento da profissão, através das condições favoráveis que estabelece para a instalação de jovens agricultores, e o auxílio e o acompanhamento que prevê para o início da actividade. Desta forma a PAC também reconhece a importância da agricultura já no presente e mais ainda no futuro, atendendo ao aumento significativo das necessidades alimentares nas próximas décadas. Importa, pois, atrair jovens para a agricultura, jovens com uma formação cada vez mais exigente para que, efetivamente, se tornem operadores da mudança.

Este investimento nos jovens agricultores corresponde também ao investimento numa agricultura científico-tecnologicamente mais evoluída, mais exigente em termos de higiene e segurança alimentar, numa agricultura mais amiga do ambiente, mais diversificada, numa agricultura mais sustentável, mais direccionada para os mercados. mas de facto, a ambição é mesmo uma agricultura mais sustentável a três níveis diferentes: ambiental, económico e social.

Este cenário, assim brevemente esboçado, contempla apoios à produção mais como alavancas para o início e desenvolvimento da actividade, do que como um rendimento-base garantido, como se verifica em situações de subsidiodependência. São estas últimas que a opinião pública critica fortemente. Neste sentido, a nova PAC promove também a valorização da imagem do agricultor junto da opinião pública.

Que fatores serão fundamentais para a renovação geracional na atividade agrícola na Europa?

O primeiro e mais importante factor é o do rendimento justo. A aventura de enveredar por uma actividade de iniciativa privada e tão dependente de situações de risco como são as intempéries ou as pragas, ou a volatilidade dos mercados agravada no domínio da agricultura, sobretudo quando os bens alimentares são perspectivados como meros bens transaccionáveis, só se concretiza se se tiver uma razoável expectativa elevada de retorno económico.

Um segundo factor, que não é independente do primeiro, será o da segurança do contexto em que essa actividade se desenvolve, quer no que diz respeito a orientações políticas, talvez primeiramente europeias, mas também cer-

tamente nacionais, quer aos apoios a que têm acesso. O contexto político-jurídico em que se desenrola o exercício da agricultura tem de ser estável, não podendo estar constantemente a ser revisto e alterado, sob o risco da insegurança afastar os potenciais interessados em agricultura.

A fixação dos jovens no mundo rural é um desafio urgente para Portugal. Que políticas públicas devem ser adotadas nesse sentido?

Há hoje muitos jovens (e não só) que querem instalar-se no interior, no mundo rural, o que aliás é vital não só para o aumento e qualificação da produção agrícola, mas também para o desenvolvimento da multifuncionalidade da agricultura, isto é, do desenvolvimento de uma diversidade de actividades económicas derivadas da agricultura. Para que este desejo se concretize precisamos não apenas de políticas agrícolas que o incentivem, mas também de uma articulação entre políticas de saúde e de educação descentralizadas, de uma política de transportes que favoreça a circulação de pessoas e bens, de políticas camarárias de acolhimento, como as mais determinantes...

A AJAP tem vindo a propor há vários anos a figura do Jovem Empresário Rural. Qual a sua opinião sobre esta medida?

A própria designação de “jovem empresário rural” corrobora tudo o que expus anteriormente, ou seja, dá nome à nova realidade agrícola que está a ser protagonizada pelos jovens e pretende criar um estatuto que incentive, apoie e valorize a articulação entre a actividade agrícola e a empresarial ou, dito de uma forma ainda mais ambiciosa, que estimule a articulação entre a produção, a transformação e a distribuição, numa lógica de fileira.

É um sinal dos tempos, dos que já se começam a viver e dos que se pretende venham a ser seguidos.

Maria do Céu Patrão Neves é Professora Catedrática de Filosofia, na disciplina de Ética, da Universidade dos Açores, ex-eurodeputada e consultora do ex-Presidente da República, Cavaco Silva, para a Ética da Vida, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

**Texto redigido sem acordo ortográfico, por opção da entrevistada.*

«É notória a vinda de jovens licenciados para o setor agrícola»

Vítor Castro, presidente da Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo (AJAMPS), destaca a inovação que os jovens estão a imprimir na agricultura da Região Autónoma da Madeira.



Quais os marcos relevantes na história da AJAMPS?

Ao longo dos anos, a AJAMPS tem afirmado a sua presença na região. No decurso da sua história de 30 anos, a associação tem desempenhado inúmeros papéis de relevo que ajudaram a alavancar a agricultura e permitiram a fixação de jovens agricultores.

Mais recentemente, e fazendo referência aos meus mandatos, destaca-se a realização de duas edições do Curso de Produção de Cogumelos, com forma-

dores nacionais, num total de 120 horas. Estes cursos foram essenciais e contribuíram para o aparecimento dos primeiros produtores de cogumelos na Ilha. Saliento também a possibilidade da realização de um Curso de Apicultura, com um preletor estrangeiro, e ainda um outro Curso de Apicultura, este com um formador nacional.

Não obstante, o marco mais relevante foi conseguido no ano de 2015, com o regresso do “Projeto Madeira Agrícola” à AJAMPS.

Não poderia deixar de relevar, igualmente, a organização do evento Ciclo de Conferências Jovem Agricultor, a realizar na Ilha, na Casa das Mudas, na Calheta no final deste mês.

Quantos são os associados da AJAMPS e qual o seu perfil?

A AJAMPS orgulha-se de ter muitos associados de diversas áreas de produção- hortícolas, frutícolas, vinho, cana-de-açúcar, banana, frangos, galinhas poedeiras, agricultura biológica e viveiristas de flores, entre outros. Normalmente, as nossas explorações caracterizam-se por terem mais do que um tipo de produção, à exceção dos bananicultores, que operam em monocultura. A maioria é de pequena dimensão e, por vezes, muito fragmentada e dispersa. No caso dos jovens agricultores que recorreram aos fundos comunitários, através do Proderam, as explorações têm sempre dimensão superior a 5000m².

Neste momento, estamos a trabalhar na elaboração de um projeto para a produção de figo da Índia (vulgarmente conhecido, na região, por tabaibo), contribuindo para a instalação do primeiro produtor deste fruto na Ilha.

O que é o Projeto Madeira Agrícola? Quais os seus objetivos?

O Projeto Madeira Agrícola tem um papel de dinamização e desenvolvimento do setor primário local e também de cariz social. Desde julho de 2015, a AJAMPS passou a ser a entidade gestora do projeto, dando continuidade às ações desenvolvidas até à data, criando condições para tornar cada vez mais sólidas as bases de sustentabilidade e crescimento da produção agrícola. O objetivo principal deste projeto é garantir o escoamento das produções agrícolas regionais, através dos contratos estabelecidos com as grandes superfícies regionais e nacionais, hotéis, restaurantes e supermercados, contribuindo, deste modo, para a divulgação e promoção dos produtos “Marca Madeira”. De referir que, desde julho de 2015 até outubro de 2016, foram comercializadas 240 toneladas.

O setor Agroflorestal é gerador de emprego para as gerações mais jovens na Região Autónoma da Madeira? Contribui para fixar os jovens ao território da Região?

O setor agrícola continua a contribuir para a criação de emprego na região e para a fixação dos jovens nos meios rurais. É notória, e manifesta, a vinda de jovens licenciados, das mais diversas áreas, para o setor agrícola. O mais interessante e pertinente é a inovação que estes jovens têm trazido ao setor. São jovens muito atentos ao mercado, que procuram novos nichos, até agora pouco ou nada explorados e que já pensam na exportação dos seus produtos. Os apoios comunitários destinados à instalação dos jovens agricultores são excelentes e este quadro comunitário, Proderam 2020, tem um apoio muito superior comparativamente ao seu antecessor.

Quais os principais desafios e oportunidades dos Jovens Agricultores da Região Autónoma da Madeira nos próximos anos?

O sucesso de uma exploração e, por conseguinte, do jovem agricultor está dependente da comercialização dos seus produtos, num mercado cada vez mais global e competitivo. Os jovens têm de estar preparados e

munidos de ferramentas e tecnologias que lhes permitam suprimir os impedimentos de um mercado agressivo. A solução passará, igualmente, por valorizar produtos tradicionalmente produzidos.

As grandes superfícies estão, cada vez mais, sensibilizadas e interessadas em comercializar produtos gerados localmente, pelas mais diversas razões, nomeadamente, a frescura, a qualidade, a redução da pegada ecológica, os custos de transporte. Temos condições edafoclimáticas excecionais que permitem a produção de determinados produtos com vista à exportação, como a anona, o maracujá roxo, o tamarilho (tomate inglês), o abacate, e outros. Verificamos um grande empenho do Governo Regional em gerar condições que permitem a exportação de muitos produtos regionais.



Que mensagem gostaria de deixar aos participantes do Ciclo de Conferências Jovem Agricultor?

Esta conferência reúne oradores de topo sobre agricultura, tanto do ponto de vista da sociedade em geral, como do ponto de vista técnico. Muitos dos problemas atuais que a agricultura atravessa serão debatidos neste evento, muitas soluções serão apontadas, ouviremos perspectivas de oradores com experiências muito diferentes e, provavelmente, serão apontadas tendências e informações sobre a evolução dos mercados.

A presença nesta conferência é fundamental para os jovens agricultores que estão no ativo e crucial para quem vai dar os primeiros passos nesta área extraordinária, mas também difícil, que é a agricultura.

Como potenciar as sinergias entre a AJAMPS e a AJAP em prol dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo?

Ao longo dos últimos anos, a AJAMPS retomou as ligações à AJAP. O *know-how* desta instituição tem sido muito importante para nós. Encontrei, sempre, na AJAP uma porta aberta e disponível para colaborar e trabalhar. Com esta ligação, os agricultores madeirenses já ganharam muito. Graças a esta sinergia, tivemos oportunidade de participar no Congresso realizado em 2015, nos Açores, ganhámos assento em vários Comités, em Bruxelas e, acima de tudo, a oportunidade de colaborar na organização desta conferência. No futuro queremos

continuar esta parceria com a AJAP e que este elo se torne mais forte e sólido. Queremos, igualmente, estar envolvidos e fazer parte dos seus projetos.

«Encontrei, sempre, na AJAP uma porta aberta e disponível para colaborar e trabalhar»

**A banana é a cultura agrícola mais emblemática da Madeira**

Área de cultivo	700 hectares (representa 12 % da SAU (Superfície Agrícola Útil) da RAM)
Nº de Produtores	2.830
Produção	17.708 Toneladas
Distribuição	Cerca 15 % Mercado Regional
	Cerca de 85 % Portugal Continental

* Dados 2015

Fonte: Gesba – Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda.

«É preferível financiar poucos mas bons projetos»

Licínio Pina, Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central do Crédito Agrícola, lidera um banco que financia o mundo rural há mais de 100 anos e quer manter o rumo, contribuindo para fixar mais jovens no Interior do país.



As principais dificuldades dos jovens agricultores europeus na primeira instalação são o acesso ao crédito e à terra. A banca pode contribuir para alterar esta situação?

Concordo inteiramente que essas são as grandes barreiras à instalação dos jovens agricultores. As garantias que os bancos solicitam para concessão de crédito são dificultadas porque muitas vezes os jovens agricultores têm a terra, mas não têm a posse ou direito administrativo da mesma, não a podendo dar como garantia de crédito. Esta questão pode ser ultrapassada com boas ideias, projetos sólidos que apresentem viabilidade suficiente para se constituir como garantia de crédito, com a condição de serem apoiados pelos fundos do PDR2020.

O número de projetos de Jovens Agricultores financiados pelo Crédito Agrícola aumentou nos últimos anos?

No passado recente verificou-se uma moda de investimento na agricultura, nasceram muitos projetos com ideias pouco maduras e reduzida viabilidade económica, o que não traz sustentabilidade ao negócio. Ultimamente,

notamos que estão a surgir jovens com melhores projetos de investimento e ideias que conseguem acrescentar valor. No Grupo Crédito Agrícola aumentámos o número e o montante dos projetos financiados. É preferível financiar poucos mas bons projetos.

A AJAP e o Crédito Agrícola assinaram um protocolo. Que vantagens daí advêm?

Os associados da AJAP têm condições vantajosas no acesso ao crédito e no preço do crédito e dos seguros (descontos consideráveis nas comissões bancárias, taxas de crédito bonificadas). Queremos contribuir para fixar mais jovens no Interior e no mundo rural.

Que expectativa de negócio tem o Crédito Agrícola na Região Autónoma da Madeira (RAM)?

Os madeirenses sentiam a necessidade da presença física do Crédito Agrícola na Região, por isso abrimos há cerca de um mês um balcão no Funchal, e queremos expandir a nossa rede na RAM. Os clientes reagiram com muito entusiasmo à nossa chegada, temos grande expectativa sobre a atividade na Madeira.

Qual a sua expectativa sobre a Conferência Jovem Agricultor a realizar na Calheta a 25 de novembro?

O Ciclo de Conferências Jovem Agricultor, que encerra na Madeira, contribuiu para afirmar a AJAP como associação de referência para os Jovens Agricultores e para insistir na implementação da figura do Jovem Empresário Rural, que responde à necessidade de contrariar a desertificação do Interior do país. Em muitas regiões rurais alguma propriedade de minifúndio e microfundio (como é o caso na Madeira) não tem enquadramento legal nas medidas de apoio à Instalação de Jovens Agricultores, mas há com certeza espaço para a instalação do Jovem Empresário Rural, que se dedicará não só à agricultura, mas também aproveitará as potencialidades do território rural ligadas ao turismo, desporto e lazer.

Contagem automática da mosca da azeitona – ENTOMATIC chega em 2018

Albert Bel Pereira, investigador da Universidade de Pompeu Fabra, em Barcelona, Espanha, e coordenador do projeto ENTOMATIC, revela resultados promissores de testes com um protótipo de armadilha automática para contagem da mosca da azeitona. O dispositivo chegará ao mercado em 2018.



Estão calculados os prejuízos que a mosca da azeitona causa na produção de azeitona e azeite na UE?

A mosca da azeitona causa em média 600€/hectare de prejuízo. Esta praga provoca danos graves na produção de azeitona e azeite, porque a qualidade dos frutos diminui consideravelmente quando são picados pela mosca. Estimam-se perdas de 0,60€ (por tonelada) na venda da azeitona, com o consequente prejuízo para o agricultor. É muito difícil quantificar as perdas exatas que esta praga provoca, mas os dados indicam entre 10% a 30% da produção, dependendo do ano agrícola.

Na sua última reunião, o COPA-COGECA estimou perdas de 10% na atual campanha de azeite, devido às condições climáticas adversas e aos ataques de pragas e doenças. Embora a quebra não seja idêntica em todos os países.

As populações desta praga estão a aumentar a nível europeu? Em que países o problema é mais grave?

A mosca é uma das pragas com maior impacto no olival, sobretudo em zonas com verões suaves e humidade relativa elevada. Este inseto está bastante difundido, ataca os olivais de toda a bacia Mediterrânica, os danos são muito elevados devido ao clima propício ao seu desenvolvimento.

As alterações climáticas estão na origem da maior intensidade dos ataques da mosca da azeitona?

Tal como referi, o clima quente e húmido favorece a reprodução da mosca. O clima é um dos fatores principais que contribuem para incrementar a presença deste inseto. As alterações climáticas sentidas nos últimos anos favoreceram o aumento da praga e a consequente perda de rendimento pelos agricultores.

Há variedades de azeitona mais suscetíveis do que outras aos ataques da mosca?

Há estudos que demonstram que algumas variedades de azeitona são mais suscetíveis aos ataques da mosca do que outras. Por exemplo, nas variedades mais típicas em Espanha: as resistentes são a Callosina ou Morruda; as moderadamente resistentes são Zorzalena, Verdial, Morisca, Cornicabra parda, Changlotera, Negral e Empeltre; as susceptíveis são Picual, Hojiblanca, Ecijano ou Lechín, Gordal, Cornezuelo, Zarzariaga, Cornicabra, Blanqueta e Farga, e por fim, a Manzanilla é muito suscetível.

O que distingue a ENTOMATIC de outras armadilhas automáticas de monitorização de pragas existentes no mercado?

A principal vantagem que a armadilha ENTOMATIC trará é a automatização do processo de contagem das moscas capturadas na armadilha. Cada armadilha tem um sensor bioacústico que conta automaticamente o número de moscas detetadas. Esta informação, a par com informação meteorológica de humidade e temperatura, é enviada para um módulo central ligado à Internet, através de um emissor rádio localizado nas armadilhas. Toda a informação é alojada numa página web, onde o produtor poderá visualizar a informação das suas armadilhas e terá uma previsão da propagação da praga. Este sistema também poderá enviar alertas ao produtor para acionar medidas de luta contra a praga, de forma mais rápida, o que ajudará a reduzir perdas.

Em que países foi testado o protótipo ENTOMATIC? Que resultados obteve?

Até ao momento, a armadilha foi testada na Grécia. Nos primeiros testes de laboratório a fiabilidade da armadilha foi elevada. A taxa de deteção de entrada da mosca na armadilha rondou os 99%, pelo que a deteção e contagem é praticamente de 100%. Nos testes realizados no campo, os resultados são muito similares aos obtidos em

laboratório. Numa situação real, de campo, o aparelho obteve uma taxa de deteção de 97%. Estes primeiros testes são muito promissores face ao resultado final esperado.

Quando poderá a ENTOMATIC chegar ao mercado? Que preço de venda poderá vir a ter?

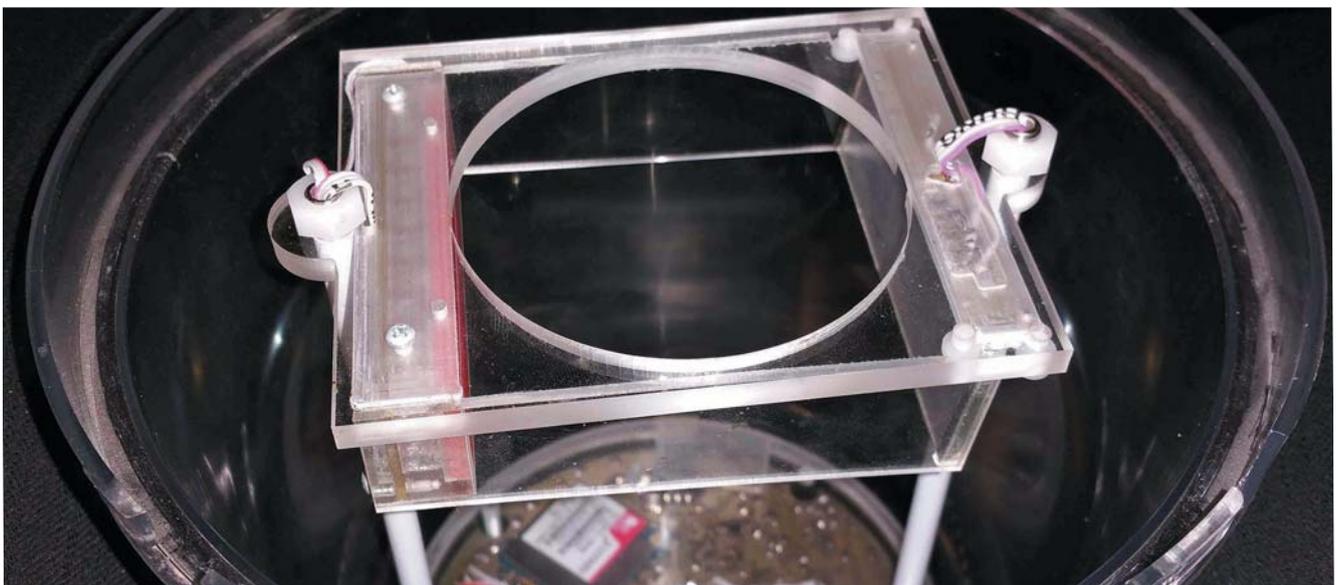
Esperamos que as armadilhas ENTOMATIC cheguem ao mercado na campanha de 2018. No final de 2017 o protótipo final será testado em diversos países que participam no projeto, dando-nos mais informação sobre o seu funcionamento. O protótipo atual tem um preço de mercado que ronda os 100€, no entanto, a produção em série da armadilha pode contribuir para reduzir o seu preço, tornando-a mais competitiva e atrativa para o mercado.

Além da mosca da azeitona, a ENTOMATIC tem potencial para detetar outras pragas?

O aparelho desenvolvido tem duas fases: num primeiro momento a armadilha deteta a entrada de qualquer inseto, para, posteriormente, contar apenas as moscas da azeitona. O sistema de desenvolvimento acústico poderá ser alargado a outras pragas, tanto do olival como de outras culturas.

Como funciona a ENTOMATIC?

<https://www.youtube.com/watch?v=IdWVaCyHEVI>



Agricultura regressa à RTP2 aos sábados às 13h



FAÇA
CHUVA
FAÇA **SOL**



Um programa da autoria e com produção da AJAP